

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Bon Nome Solar Participações S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Bon Nome Solar Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da

Bon Nome Solar Participações S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bon Nome Solar Participações S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Bon Nome Solar Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita de Venda de Energia

Veja as notas 2.5.7 e 16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia reconheceram Receita de Venda de Energia no montante de R\$70.339 mil, conforme divulgado na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente de Geração de energia elétrica aos consumidores no ambiente livre. O reconhecimento da receita é realizado com base no fornecimento de energia, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia elétrica por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca destes bens.</p> <p>Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações e os potenciais efeitos sobre o registro contábil, bem como os riscos de que uma receita de venda de energia seja reconhecida sem a transferência do controle ao cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação das políticas contábeis adotadas pelas controladas da Companhia no reconhecimento das receitas de venda de energia;– Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, em que foi confrontado com os relatórios gerenciais das controladas da Companhia relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e comercializado, bem como o período de suprimento.– Recalculamos de forma independente, e confrontamos o resultado do procedimento e as contabilizações do corte da receita de dezembro de 2025 realizados pelas controladas da Companhia; e– Inspeção, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de venda de energia. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de venda de energia, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do período anterior auditadas por auditor independente antecessor:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Março de 2025.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Bon Nome Solar Participações S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	20.783	5.159	28.770	10.751
Caixa e aplicações restritas	6	84	58	84	58
Contas a receber	4	-	-	6.654	7.287
Impostos e contribuições a recuperar		92	122	92	126
Partes relacionadas	5	-	-	-	263
Outros ativos		-	-	1.939	917
Total do ativo circulante		20.959	5.339	37.539	19.402
Ativo não circulante					
Caixa e aplicações restritas	6	-	-	6.525	7.431
Impostos e contribuições a recuperar		183	78	183	78
Investimentos	7	184.004	192.616	-	-
Direito de uso	8	-	-	8.434	7.322
Imobilizado	9	-	-	340.560	357.187
Intangível	10	-	-	1.952	2.078
Total do ativo não circulante		184.187	192.694	357.654	374.096
Total do ativo		205.146	198.033	395.193	393.498

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante					
Fornecedores	11	4	22	2.887	2.003
Empréstimos e Debêntures	12	5.998	5.768	15.386	15.778
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	257	127
Outros tributos a pagar		12	1	335	435
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	640	709
Adiantamento de clientes		-	-	1.932	-
Passivo de arrendamento	8	-	-	1.029	548
CUSD a pagar		-	-	897	717
Outros passivos		-	-	40	34
Total do passivo circulante		6.014	5.791	23.403	20.351
Passivo não circulante					
Empréstimos e Debêntures	12	59.239	62.160	219.349	231.127
Opções de compra de ações outorgadas		2.874	1.749	2.874	1.749
Passivo de arrendamento	8	-	-	8.247	7.437
Total do passivo não circulante		62.113	63.909	230.470	240.313
Patrimônio líquido					
Capital social subscrito e integralizado	15.1	164.430	138.630	164.430	138.630
Reserva de capital		(2.772)	(2.772)	(2.772)	(2.772)
Reserva de lucro		(24.639)	(7.525)	(24.639)	(7.525)
Total do patrimônio líquido atribuído a controladores		137.019	128.333	137.019	128.333
Participação de não controladores		-	-	4.301	4.501
Total do patrimônio líquido consolidado		137.019	128.333	141.320	132.834
Total do passivo e patrimônio líquido		205.146	198.033	395.193	393.498

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	16	-	-	70.339	64.848
Custos de vendas de energia	17	-	-	(57.902)	(43.531)
Lucro bruto		-	-	12.437	21.317
Despesas administrativas, comerciais e gerais	18	(106)	(308)	(675)	(596)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(8.612)	(819)	-	-
Total das receitas/(despesas) operacionais		(8.718)	(1.127)	(675)	(596)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		(8.718)	(1.127)	11.762	20.721
Despesas financeiras	19	(9.684)	(8.701)	(29.110)	(29.858)
Receitas financeiras	19	1.288	558	2.758	2.586
Resultado financeiro, líquido		(8.396)	(8.143)	(26.352)	(27.272)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(17.114)	(9.270)	(14.590)	(6.551)
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	-	-	(2.724)	(2.738)
Prejuízo do exercício		(17.114)	(9.270)	(17.314)	(9.289)
Participação atribuída aos controladores				(17.114)	(9.270)
Participação atribuída a não controladores				(200)	(19)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(17.114)	(9.270)	(17.314)	(9.289)
Total do resultado abrangente do exercício	(17.114)	(9.270)	(17.314)	(9.289)
Participação atribuída aos controladores	-	-	(17.114)	(9.270)
Participação atribuída a não controladores	-	-	(200)	(19)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social		Reservas de	Reservas de lucros		Resultado do exercício / prejuízos acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Subscrito	A integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros retidos				
Saldos em 31 de dezembro de 2023		207.530	-	-	404	1.341	-	209.275	-	209.275
Aumento de capital	14.1	1.350	(1.350)	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital	14.1	(70.000)	-	(2.772)	-	-	-	(72.772)	-	(72.772)
Integralização de capital social	14.1	-	1.100	-	-	-	-	1.100	-	1.100
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(9.270)	(9.270)	(19)	(9.289)
Absorção de prejuízo	14.2	-	-	-	(404)	(1.341)	1.745	-	-	-
Venda de participação em controlada	1.1	-	-	-	-	-	-	-	4.687	4.687
Constituição de reserva de lucros	14.2	-	-	-	-	-	-	-	(167)	(167)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		138.880	(250)	(2.772)	-	-	(7.525)	128.333	4.501	132.834
Aumento de capital	14.1	25.550	(25.550)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	14.1	-	25.800	-	-	-	-	25.800	-	25.800
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(17.114)	(17.114)	(200)	(17.314)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		164.430	-	(2.772)	-	-	(24.639)	137.019	4.301	141.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(17.114)	(9.270)	(17.314)	(9.289)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	17.632	17.524
Depreciação de direito de uso	-	-	395	292
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	877	805
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	8.488	6.883	24.013	23.734
Resultado de equivalência patrimonial	8.612	819	-	-
Valor justo de opções de compra de ações	1.125	1.749	1.125	1.749
Baixa de ativo imobilizado e intangível para resultado	-	-	(8)	-
Juros sobre aplicações restritas	-	-	(785)	(677)
Decréscimo/(acrécimo) em ativos				
Contas a receber	-	-	633	(1.653)
Impostos e contribuições a recuperar	(75)	(133)	44	(30)
Outros ativos	-	-	(1.022)	629
Dividendos recebidos no exercício	-	10.054	-	-
Transações com partes relacionadas ativo	-	-	263	(263)
Acrécimo (decrécimo) em passivos operacionais				
Fornecedores	(18)	13	884	190
Adiantamentos de clientes	-	-	1.932	-
Obrigações sociais e tributárias	-	-	2.465	2.655
Outros passivos	11	1	186	(56)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.504)	(2.345)
Juros pagos de empréstimos e debêntures	(5.377)	(4.154)	(21.313)	(21.110)
Juros pagos de arrendamento	-	-	(830)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(4.348)	5.962	6.673	12.155
Das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(879)	(1.376)
Aplicação em caixa restrito (incluindo depósitos judiciais)	(26)	(58)	(26)	(58)
Resgate em caixa restrito (incluindo depósitos judiciais)	-	-	1.576	-
Venda de participação	-	1.915	-	1.915
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(26)	1.857	671	481
Das atividades de financiamento				
Ingresso de empréstimos e debêntures	-	70.000	-	70.000
Pagamentos de arrendamentos por direito de uso	-	-	(255)	(916)
Pagamento de custos de empréstimos e debêntures (custos de transação)	-	(349)	-	(349)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(5.802)	(4.452)	(14.870)	(14.319)
Transações com partes relacionadas (pagamento de mútuo)	-	-	-	-
Integralização de capital social	25.800	1.100	25.800	1.100
Redução de capital social	-	(70.000)	-	(70.000)
Movimentação com não controladores	-	-	-	(167)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	19.998	(3.701)	10.675	(14.651)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	15.624	4.118	18.019	(2.015)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	5.159	1.041	10.751	12.766
No fim do exercício	20.783	5.159	28.770	10.751
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	15.624	4.118	18.019	(2.015)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Bon Nome Solar Participações S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “Grupo” quando em conjunto com sua controlada) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Surubim, nº 550, 2º Andar, bairro Cidade Monções, CEP 04571-050 cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia foi constituída em 1º de junho de 2021 e tem por objeto social a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital em empresas nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures.

A Companhia é controlada diretamente pela Comerc Energia S.A. Por sua vez, a Comerc Energia, a partir de 16 de janeiro de 2025, passou a ser controlada pela Vibra Energia S.A.

A Companhia possui investimento na Bon nome Solar S.A., a qual é controlada pela Companhia com 97,69% de participação econômica.

Em 02 de fevereiro de 2022, a ANEEL autorizou o início da operação comercial da Bon Nome Solar (controlada da Companhia), com capacidade instalada de 131,7MWp (capacidade de 100MW), sob o regime de produção independente de energia solar.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou Capital Circulante Líquido (CCL) positivo, no montante de R\$ 14.945 na controladora e R\$ 14.136 no consolidado, evidenciando capacidade de honrar suas obrigações de curto prazo e suportando a avaliação da Administração quanto à continuidade operacional. Caso necessite, a Companhia pode receber aportes a serem feitos por sua controladora Comerc Energia S.A.

Curtaiment

A Lei nº 15.269/2025, instituiu de forma expressa o direito das geradoras de energia elétrica oriundas de fontes solar e eólica ao ressarcimento dos valores decorrentes dos eventos de *curtailment*, relacionados com a indisponibilidade externa e com o atendimento aos requisitos de confiabilidade elétrica da operação, no período compreendido entre 1º de setembro de 2023 até 25 de novembro de 2025 (entrada em vigor do referido dispositivo legal).

Para que faça jus a esse direito, a Companhia deve aderir de forma voluntária ao termo de compromisso, por meio do qual constará: detalhes sobre as condições do ressarcimento; a renúncia e a desistência de ações judiciais e administrativas relacionadas aos eventos de *curtailment* do período acima mencionado da parte interessada, e habilitará a geradora a participar do mecanismo de apuração, cálculo e liquidação do ressarcimento, a ser operacionalizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

O Ministério de Minas e Energia (MME) está regulamentando o tema e a consulta pública sobre o termo de compromisso está em andamento. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não deliberou formalmente sobre a intenção de aderir (ou não) ao termo de compromisso previsto na Lei 15.269 e de renunciar às ações judiciais relacionadas ao *curtailment* e que as decisões ocorrerão após as próximas deliberações por parte do regulador. Dessa forma, nenhum montante relacionado a essa questão foi registrado nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

1.1 Venda de participação acionária de controlada

Em maio de 2024, a Companhia vendeu 2,31% (percentual econômico) das ações da Bon Nome Solar S.A. para outro acionista (minoritário) no montante de R\$ 1.915. À época, o valor do investimento na controlada era de R\$ 4.687. A diferença entre valor de venda e valor do investimento de R\$ 2.772 foi registrada na reserva de capital da Companhia por se tratar de uma transação de capital.

Os recursos financeiros referentes à venda foram 100% recebidos e estão destacados no fluxo de caixa como atividade de investimento.

Vale ressaltar, que mesmo com a entrada do acionista minoritário, a habilidade da Companhia em controlar a investida não foi afetada, e, portanto, o investimento continua sendo consolidado nas demonstrações financeiras do Grupo.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e políticas contábeis materiais

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP. Já com relação as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e sua controlada, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e políticas contábeis materiais--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela

Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelos membros da Diretoria em 27 de março de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração da Companhia. Revisões em relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e políticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis --Continuação

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas e nas políticas contábeis. As principais estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são relacionadas à determinação da vida útil do ativo imobilizado e taxas de depreciação aplicáveis (nota explicativa nº 2.5.3), taxa utilizada para os contratos de arrendamento (nota explicativa nº 2.5.6), provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 2.5.5) e opções de ações outorgadas (nota explicativa nº 2.5.1).

2.5. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia e sua controlada estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.5.1 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros, a Companhia e sua controlada avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As aplicações financeiras possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. De acordo com o modelo de negócios da Companhia e sua controlada, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e políticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.5.1 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--continuação

Contas a receber

Incluem o fornecimento de energia elétrica. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (impairment). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável. Pelo histórico de adimplência e por garantias prestadas pelos seus clientes, a

Companhia não possui perda estimada reconhecida nos exercícios apresentados nas presentes demonstrações financeiras.

Passivos financeiros

Fornecedores

Incluem compra de energia elétrica faturada e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência, bem como saldos a pagar relativos às prestações de serviços e compra de materiais. É utilizado o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

Opção de recompra (instrumento financeiro derivativo)

Opções de ações outorgadas: também são registradas a valor justo por meio do resultado, sendo utilizada a metodologia do *Black and Scholes*.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e políticas contábeis materiais--Continuação

2.5.2 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em sua controlada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das

variações na participação da Companhia no patrimônio líquido a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados da investida. Quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio, a Companhia reconhece sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detém 97,69% da sua controlada Bon Nome Solar S.A. (100% em 31 de dezembro de 2023).

2.5.3 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros líquidos e demais encargos financeiros incorridos durante a construção.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo com base nas taxas determinadas pela ANEEL, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso. A depreciação começou em 2022 junto com a entrada de operação da usina.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e políticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.5.3 Imobilizado--Continuação

São utilizadas as taxas de depreciação do MCPSE-Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

- Edificações, obras civis e benfeitorias - 3,58%
- Máquinas e equipamentos - 4,27%
- Móveis e utensílios - 6,25%
- Veículos – 14,29%

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

No fim de cada exercício, a Companhia e sua controlada revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e sua controlada calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada não identificaram eventos que indicassem que os ativos não serão recuperados através de geração futura de caixa.

2.5.4 Intangíveis

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e políticas Contábeis materiais--Continuação

2.5. Políticas contábeis materiais –Continuação

2.5.5 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada não possuíam processos judiciais passivos classificados como perda provável ou possível, por isso não foi contabilizada qualquer provisão, ou efetuada divulgação adicional.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada não possuíam nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

2.5.6 Arredamentos

A controlada da Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A controlada da Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e políticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.5.6 Arredamentos--Continuação

Ativos de direito de uso

A controlada da Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a controlada da Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a controlada da Companhia usa como taxa de juros 14% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 35 anos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e políticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.5.7 Receitas

As receitas são reconhecidas no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes: PIS e COFINS na demonstração do resultado.

2.5.8 Imposto de renda e contribuição social

Correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real enquanto a sua controlada é tributada pela sistemática do Lucro presumido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Conforme ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, a Companhia avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e políticas Contábeis materiais--Continuação

2.6. Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 51 / IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

O CPC 51 / IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e políticas Contábeis materiais--Continuação

2.6. Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes--Continuação

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7);

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7)

Reforma tributária

A partir de 1º de janeiro de 2026, começa a vigorar no Brasil um novo modelo de tributação sobre bens e serviços. Essa mudança faz parte da Reforma Tributária do Consumo, criada pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025.

Este marco legal representa uma grande transformação na forma como os tributos sobre bens e serviços serão apurados, recolhidos e declarados. Com a nova legislação, os tributos PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI serão gradualmente substituídos da seguinte forma:

Atual	Substituto
PIS/COFINS	<-> CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços
ICMS e ISS	<-> IBS – Imposto sobre Bens e Serviços
IPI	<-> IS – Imposto Seletivo

A Companhia está acompanhando todas as etapas de regulamentação e implementação da reforma, bem como tomando as providências necessárias para garantir total conformidade com a nova legislação e assegurar a continuidade dos nossos serviços com transparência, segurança e eficiência.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	1.807	5.159	4.187	6.653
Aplicações financeiras	18.976	-	24.583	4.098
	20.783	5.159	28.770	10.751

O caixa e equivalentes de caixa do Grupo está composto por saldo de depósitos bancários à vista, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com garantias de compromisso de recompra do próprio emissor, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber clientes	6.654	7.287
	6.654	7.287

Os saldos apresentados encontram-se a vencer na referida data-base. Não há histórico de inadimplência. O prazo médio de recebimento é de até 30 dias após o faturamento.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Partes relacionadas (consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Bon Nome Solar S.A	-	-
Geradora Solar Castilho I S.A	-	238
Geradora Hélio Valgas II S.A	-	25
Total ativo partes relacionadas	-	263

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Passivo		
Fornecedores		
Vibra Energia S.A.	213	-
Brígida Solar S.A.	268	-
Brígida Solar 2 S.A.	268	-
	749	-

	31/12/2025
	Custo
Geradora Solar São João Paracatú I S.A. (a)	(425)
Geradora Solar São João Paracatú II S.A. (a)	(486)
Geradora Solar Hélio Valgas IV S.A. (a)	(16)
Geradora Solar Várzea I S.A.(a)	(364)
Geradora Solar Castilho I S.A.(a)	(750)
Brigida 2 Solar Spe S.A.(a)	(1.058)
Brigida Solar Spe S.A.(a)	(1.056)
Comerc Energia S.A. (a)	(14.902)
Total resultado partes relacionadas	(19.057)

(a) Transações de compra e venda de energia entre empresas do Grupo Comerc.

A Companhia e sua controlada considera que todas as transações entre partes relacionadas refletem as condições de mercado.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Partes relacionadas (consolidado)--continuação

Remuneração da administração

Os atuais administradores da Companhia e sua controlada são remunerados pela controladora Comerc Energia S.A. e por esse motivo não incorreu em gastos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir demonstra os montantes pagos por sua controladora aos administradores do Grupo, que conforme mencionado anteriormente, engloba a remuneração dos administradores da Companhia e sua controlada.

	Grupo Comerc	
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração fixa anual (incluindo bônus curto prazo)	27.165	36.756
Programas de incentivo de longo prazo (ILP)	22.704	23.406
	49.870	60.162

6. Aplicações financeiras restritas

Aplicações financeiras restritas (ativo não circulante):

A Companhia e a controlada Bon Nome Solar S.A possuem contas bancárias e/ou aplicações financeiras cujos saldos encontravam-se restritos em 31 de dezembro de 2025. Os recursos financeiros encontram-se restritos temporariamente e sua utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais, sendo mantidos retidos conforme definições em contrato de debêntures. Eventualmente, os valores podem ser remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), respeitando as definições contratuais.

Por não se encontrarem disponíveis para uso imediato, tais valores são registrados em rubricas específicas no balanço e não compõem o saldo de caixa e equivalentes de caixa conciliados na demonstração de fluxo de caixa do Grupo.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Empresa	Controladora		
	Saldo em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2025
Bon Nome Solar S.A	192.616	(8.612)	184.004
Total investimento - Controladora	192.616	(8.612)	184.004

(a) A equivalência patrimonial é composta de R\$ 8.486 (negativo) que se refere à participação da Companhia nos resultados da controlada e R\$ 126 (negativo) de amortização de intangível referente ao investimento (nota explicativa no.10).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Empresa	Controladora				
	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Venda de participação	Dividendos	Saldo em 31/12/2024
Bon Nome Solar S.A	205.142	(819)	(4.687)	(7.020)	192.616
Total investimento - Controladora	205.142	(819)	(4.687)	(7.020)	192.616

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Direito de uso e passivo de arrendamento

Os valores relativos ao Direito de uso registrados no ativo são oriundos da adoção inicial do CPC 06 (R2) - Arrendamentos e advém principalmente das obrigações assumidas em contratos de arrendamento de terrenos e veículos, onde estão implantados os empreendimentos de geração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 35 anos, tendo sua vigência entre 2020 e 2055.

A taxa nominal de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseado em cotações efetuadas com instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes aos contratos de arrendamento.

A taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia. A taxa incremental de captação é aplicável à carteira de ativos arrendados.

	Taxa média	Prazo	Consolidado			
			Direito de uso		Arrendamento a pagar	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aluguel de terrenos	10,59%	jul/55	7.977	7.322	8.820	7.985
Aluguel de veículos	16,58%	nov/27	457	-	456	-
			8.434	7.322	9.276	7.985
Circulante					1.029	548
Não circulante					8.247	7.437
					9.276	7.985

	Consolidado			
	Direito de uso		Arrendamento	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	7.322	7.711	7.985	8.193
Adições	560	181	-	181
Depreciação	(395)	(292)	-	-
Juros	-	-	877	805
Pagamento de principal	-	-	(255)	(916)
Pagamento de juros	(27)	-	(830)	-
Baixas	-	-	(35)	-
Remensuração	974	(278)	1.534	(278)
Saldo final	8.434	7.322	9.276	7.985

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado		
	Principal	Ajuste a valor presente	Total
até 1 ano	1.651	(622)	1.029
até 2 anos	1.150	(864)	286
até 3 anos	896	(840)	56
até 4 anos	896	(834)	62
até 5 anos	896	(828)	68
Mais de 5 anos	22.029	(14.254)	7.775
Total	27.518	(18.242)	9.276

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e está alinhada com as características de seus contratos.

9. Imobilizado

A composição do ativo imobilizado está demonstrada na tabela a seguir.

Descrição	Consolidado				
	Taxa anual %	Custo	Depreciação	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido
Imobilizado em serviço					
Móveis e utensílios	6,25%	75	(12)	63	68
Máquinas e equipamentos	4,27%	396.604	(66.312)	330.292	347.225
Edificações	3,58%	9.619	(1.351)	8.268	8.613
Veículos	14,29%	1.597	(223)	1.374	
Imobilizado em andamento		563	-	563	1.281
		408.458	(67.898)	340.560	357.187

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Descrição	Consolidado			
	31/12/2024	Adições	Transferência	31/12/2025
Imobilizado em serviço				
Móveis e utensílios	75	-	-	75
Máquinas e equipamentos	396.604	-	-	396.604
Edificações	9.619	-	-	9.619
Veículos	-	-	1.597	1.597
(-) Depreciação	(50.392)	(17.506)	-	(67.898)
Imobilizado em andamento				
Imobilizado em andamento	1.281	879	(1.597)	563
	357.187	(16.627)	-	340.560

Em 31 de dezembro de 2025 a controlada da Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Descrição	Consolidado			
	31/12/2023	Adições	Transferência	31/12/2024
Imobilizado em serviço				
Móveis e utensílios	35	-	40	75
Máquinas e equipamentos	396.549	-	55	396.604
Edificações	9.619	-	-	9.619
(-) Depreciação	(32.994)	(17.398)	-	(50.392)
Imobilizado em andamento				
Imobilizado em andamento	-	1.376	(95)	1.281
	373.209	(16.022)	-	357.187

A Companhia oferece como forma de garantia dos empréstimos e financiamentos a alienação fiduciária de certos equipamentos.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Descrição	Vida útil estimada em anos	Consolidado		
		31/12/2024	Adições	31/12/2025
Intangível em operação				
Mais valia - contrato de venda de energia	19	2.444	-	2.444
(-) Amortização		(366)	(126)	(492)
Total Intangível		2.078	(126)	1.952

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Descrição	Vida útil estimada em anos	Consolidado		
		31/12/2023	Adições	31/12/2024
Intangível em operação				
Mais valia - contrato de venda de energia	19	2.444	-	2.444
(-) Amortização		(240)	(126)	(366)
Total Intangível		2.204	(126)	2.078

11. Fornecedores

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores energia	-	-	1.871	1.167
Fornecedores - partes relacionadas			749	-
Demais fornecedores	4	22	267	836
	4	22	2.887	2.003

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, referem-se principalmente a fornecedores nacionais relativos à prestação de serviços de operação e manutenção, bem como renovação de apólice de seguros.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Saldos em 31 de dezembro de 2025

Descrição	Vencimento	Taxa efetiva	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	31/12/2025
Debêntures											
Bon Nome Participações S.A - 2a emissão	dez/38	IPCA + 7,95 %									
Empréstimo			219	5.804	(25)	5.998	-	59.517	(278)	59.239	65.237
Banco do Nordeste do Brasil S. A	fev/42	IPCA + 5,0441%									
			847	8.791	(250)	9.388	7.518	155.355	(2.763)	160.110	169.498
Total			1.066	14.595	(275)	15.386	7.518	214.872	(3.041)	219.349	234.735

Saldos em 31 de dezembro de 2024

Descrição	Vencimento	Taxa efetiva	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	31/12/2024
Debêntures											
Bon Nome Participações S.A - 2a emissão	dez/38	IPCA + 7,95 %									
Empréstimo			207	5.587	(26)	5.768	-	62.463	(303)	62.160	67.928
Banco do Nordeste do Brasil S. A	fev/42	IPCA + 5,0441%									
			1.194	9.070	(254)	10.010	7.833	164.148	(3.014)	168.967	178.977
Total			1.401	14.657	(280)	15.778	7.833	226.611	(3.317)	231.127	246.905

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Vencimento futuro das parcelas do não circulante:

	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total
2027	472	11.754	(272)	11.954
2028	363	11.529	(273)	11.619
2029	390	12.429	(273)	12.546
2030	400	12.538	(271)	12.667
2031 em diante	5.893	166.622	(1.952)	170.563
	7.518	214.872	(3.041)	219.349

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	31/12/2024	Pagamentos principal	Encargos	Pagamentos juros	Amortização de custos de transação	31/12/2025
Debêntures						
Bon Nome Participações S.A - 2a emissão	67.928	(5.802)	8.462	(5.377)	26	65.237
Empréstimo						
Banco do Nordeste do Brasil S. A	178.977	(9.068)	15.271	(15.936)	254	169.498
	246.905	(14.870)	23.733	(21.313)	280	234.735

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2023	Ingressos	Pagamentos principal	Encargos	Pagamentos juros	Diferimento custos de transação	Amortização de custos de transação	31/12/2024
Debêntures								
Bon Nome Participações S.A - 2a emissão	-	70.000	(4.452)	6.863	(4.154)	(349)	20	67.928
Empréstimo								
Banco do Nordeste do Brasil S. A	188.949	-	(9.867)	16.592	(16.956)	-	259	178.977
	188.949	70.000	(14.319)	23.455	(21.110)	(349)	279	246.905

Debentures Bon Nome Solar Participações – 2ª emissões

Em 15 de março de 2024, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações feita pela Companhia, perfazendo o montante total de R\$70.000 e prazo final em 15 de dezembro de 2038. Os recursos captados foram utilizados para o reembolso de despesas incorridas pela Companhia no pagamento de principal, juros e encargos relacionados às Debêntures da 1ª Emissão, cujos recursos foram utilizados para implantação do Projeto Bon Nome. Os pagamentos de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de junho de 2024 e o último em 15 de dezembro de 2038. A amortização do principal também será realizada semestralmente, em junho e dezembro, respeitando o percentual de amortização previsto na escritura da debênture.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e debêntures--Continuação

A segunda emissão determina um índice de cobertura do serviço da dívida da Emissora inferior a 1,05 (um inteiro e cinco centésimos) apurados semestralmente (junho e dezembro), sendo a primeira verificação em 31 de dezembro de 2024. Caso seja inferior, a controlada deverá realizar aportes em conta vinculadas em montante equivalente a no mínimo 20% do saldo devedor das debêntures. O evento de inadimplemento ocorrerá caso não ocorra o aporte em conta vinculada no prazo de 5 dias úteis contados da data de notificação pelo Agente Fiduciário.

No segundo semestre de 2025, a Companhia apresentou um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de 0,66x, inferior ao limite mínimo estabelecido contratualmente. Nos termos do contrato, caso determinados indicadores atinjam nível inferior ao limite mínimo estabelecido ("limite mínimo"), tal situação não caracteriza evento de vencimento antecipado automático da dívida. Nessas circunstâncias, e mediante notificação do agente fiduciário, a controladora da Companhia poderá ser requerida a realizar aporte equivalente a 20% do saldo da dívida da Companhia, com o objetivo de restabelecer os parâmetros financeiros previstos contratualmente. Assim, o eventual descumprimento do limite mínimo não implica vencimento antecipado imediato da obrigação, podendo resultar na obrigação de realização do referido aporte corretivo.

As garantias presentes na 2ª emissão são: garantia fidejussória e alienação fiduciária de ações.

Garantias

As garantias atreladas ao empréstimo são: Fiança bancária e constituição da conta reserva de fundo de liquidez. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo restrito por conta do endividamento é de R\$ 6.525 considerando as remunerações mensais.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Opção de recompra de ações

Quando da entrada do acionista minoritário no quadro societário da controlada, o contrato prevê uma opção de recompra das ações adquiridas por parte da Companhia. O objetivo é que a Companhia volte a ter 100% de participação na Bon nome Solar. As opções são marcadas a mercado utilizando o modelo de *Black and Scholes*. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.874.

14. Provisão para demandas judiciais e administrativas

14.1. Prováveis

Não existem contingências prováveis a serem divulgadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

14.2. Possíveis

	Consolidado
	31/12/2025
Cíveis (a)	<u>323</u>
	<u>323</u>

(a) Auto de Infração n. 0575/2024-SFT aplicado em decorrência da perturbação de 15 de agosto de 2023.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 164.430 (R\$ 138.880 em 31 de dezembro de 2024) e 164.430.414 ações ordinárias (138.880.414 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024), nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. Todas as ações são de propriedade da Comerc Energia S.A., sendo a mesma controladora direta da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, não há saldo pendente de integralização (R\$ 250 em 31 de dezembro de 2024 – integralizado em 12 de junho de 2025).

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve as movimentações:

Em 12 de junho de 2025, a acionista aprovou em Assembleia Geral Extraordinária aumento de capital de R\$ 9.750 mediante emissão de 9.750.000 (nove milhões, setecentos e cinquenta mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, neste ato totalmente subscritas. Dessa forma o capital social da Companhia passa de R\$ 138.880 a R\$ 148.630.

Em 09 de outubro de 2025, a acionista aprovou em Assembleia Geral Extraordinária aumento de capital de R\$ 14.000 mediante emissão de 14.000.000 (quatorze milhões) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, neste ato totalmente subscritas. Dessa forma o capital social da Companhia passa de R\$ 148.630 a R\$ 162.630.

Em 30 de dezembro de 2025, a acionista aprovou em Assembleia Geral Extraordinária aumento de capital de R\$ 1.800 mediante emissão de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, neste ato totalmente subscritas. Dessa forma o capital social da Companhia passa de R\$ 162.630 a R\$ 164.430.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve as movimentações pela sua controladora, a saber:

Em 15 de março de 2024, a acionista aprovou em Assembleia Geral Extraordinária redução de capital de R\$ 70.000. Dessa forma o capital social da Companhia passa de R\$ 207.530 a R\$ 137.530.

Em 13 de junho de 2024, a acionista aprovou em Assembleia Geral Extraordinária aumento de capital de R\$ 1.350. Dessa forma o capital social da Companhia passa de R\$ 137.530 a R\$ 138.880.

A composição do capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim demonstrada:

Acionista	31/12/2025		31/12/2024	
	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia
Comerc Participações S.A.	164.430.414	100,00%	138.880.414	100,00%
	164.430.414	100,00%	138.880.414	100,00%

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido—Continuação

15.2 Destinação de lucros

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

O lucro líquido, depois de deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deverá decidir quanto à sua destinação na distribuição de dividendos, constituição de reservas ou em outros fins.

A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício social, salvo nas hipóteses de reinvestimento, conforme aprovado pelos acionistas.

A Companhia apurou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

Destinação do resultado	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(17.114)	(9.270)
Base de distribuição	(17.114)	(9.270)
Absorção de prejuízo pelas reservas de lucro	-	1.745
Prejuízos acumulados	(17.114)	(7.525)

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	73.004	67.304
(-) impostos incidentes - PIS/COFINS	(2.665)	(2.456)
	70.339	64.848

Em 31 de dezembro de 2025 o volume de energia vendida no ano foi de 328 GWh (301 GWh em 31 de dezembro de 2024).

17. Custos de venda de energia

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Compra de energia	(10.539)	(2.512)
Compra de energia - partes relacionadas	(19.057)	(11.017)
Custo serviço prestado	(1.470)	(3.464)
CUSD - utilização do sistema de distribuição	(5.029)	(4.371)
Custo depreciação e amortização	(18.027)	(17.816)
Arrendamento e aluguéis	(217)	(76)
Custos com seguro	(863)	(1.028)
Custo com pessoal	(2.488)	(1.183)
Outros custos	(212)	(2.064)
	(57.902)	(43.531)

A despesa com compra de energia está relacionada a menor geração da Bon nome Solar, a qual teve que comprar para honrar seus compromissos.

18. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(106)	(208)	(482)	(443)
Despesas com seguros	-	(43)	-	-
Despesas com pessoal	-	-	(28)	(34)
Arrendamento e aluguéis	-	-	(18)	(29)
Outras despesas administrativas	-	(57)	(147)	(90)
	(106)	(308)	(675)	(596)

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

Os resultados financeiros apresentados pela Companhia foram conforme demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.334	535	2.734	2.107
Juros e atualizações monetárias	17	50	69	50
PIS e COFINS sobre receita financeira	(63)	(27)	(63)	(27)
Outras receitas financeiras	-	-	18	456
Subtotal receitas financeiras	1.288	558	2.758	2.586
Despesas financeiras				
Fianças e garantias	(28)	-	(2.621)	(1.654)
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	(877)	(805)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.460)	(6.863)	(23.733)	(23.455)
Amortização de custos de transação	(26)	(20)	(280)	(279)
Opções de ações outorgadas (a)	(1.125)	(1.749)	(1.125)	(1.749)
Atualizações monetárias diversas	(2)	(1)	(53)	(35)
IOF	-	-	(8)	(47)
Outras despesas financeiras	(43)	(68)	(413)	(1.834)
	(9.684)	(8.701)	(29.110)	(29.858)
Resultado financeiro, líquido	(8.396)	(8.143)	(26.352)	(27.272)

(a) Opção de recompra conforme nota explicativa nº 13.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real enquanto a sua controlada é tributada pela sistemática do lucro presumido.

A base de cálculo dos impostos apurados pelo regime de lucro real da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	(17.114)	(9.270)	(14.590)	(6.551)
(-) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social - Empresas no "Lucro Presumido"	-	-	5.963	(2.025)
Alíquota vigente combinada de 34%	5.819	3.152	2.933	2.916
Equivalência patrimonial	(2.928)	(235)	-	-
Passivo fiscal diferido constituído sobre MTM SWAP	-	-	-	-
IRPJ/CSLL ativos diferidos não constituídos	(2.891)	(2.874)	(2.891)	(2.874)
Outros	-	(43)	(42)	(42)
	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social Lucro Presumido – correntes	-	-	(2.724)	(2.738)
Total	-	-	(2.724)	(2.738)

A controlada que está no lucro presumido adota as alíquotas de presunção para geração de energia elétrica são de 8% e 12% para o imposto de renda e contribuição social, respectivamente. As eventuais receitas financeiras não sofrem presunção e são alocadas em sua totalidade na base de cálculo.

Por não apresentar expectativa de resultados tributáveis futuros, a Companhia não registra ativos fiscais diferidos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava R\$ 51.123 de prejuízo fiscal e base negativa não constituídos (R\$ 43.734 em 31 de dezembro de 2024).

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A base de cálculo dos impostos apurados pelo lucro presumido de sua controlada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	73.004	73.004	67.304	67.304
% Para Base de cálculo - Receitas	8%	12%	8%	12%
	5.840	8.760	5.384	8.076
Receita financeira	1.470	1.470	2.027	2.027
Base de cálculo tributação	7.310	10.230	7.411	10.103
Alíquotas - IRPJ e CSLL	15%	9%	15%	9%
Adicional - IRPJ - 10%	10%		10%	
Total - Demonstração do resultado	1.803	921	1.829	909

21. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Gestão de riscos

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos-- Continuação

Instrumentos financeiros por categoria de valor justo

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros ao custo amortizado não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos, com exceção das debêntures em 31 de dezembro de 2025, cujo valor justo para fins apenas de divulgação é de R\$ 63.923 (R\$ 67.873 em 31 de dezembro de 2024). Os valores justos dos financiamentos país são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot DI x Pré interpoladas e pelo risco de crédito da Companhia (nível 2). Com relação a dívida com BNB da controlada Bon Nome Solar, como esse contrato é de longo prazo, não está contemplado no escopo do CPC 12 (R1) – ajuste a valor presente, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do

conceito de valor presente por taxas diversas daquelas que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, visto que para esse tipo de dívida de longo prazo no Brasil não tem um

mercado, ficando, portanto, a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental, fato que levou a controlada a utilizar o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos e financiamentos.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Custos amortizados (ativos financeiros)		
Caixa e equivalente de caixa	28.770	10.751
Aplicações financeiras restritas	6.525	7.431
Contas a receber	6.654	7.287
Custos amortizados (passivos financeiros)		
Fornecedores	2.887	2.003
Empréstimo e debêntures	234.735	246.905
Passivo de arrendamento	9.276	7.985

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos-- Continuação

Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Considerações sobre riscos

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

i) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, arrendamentos e equivalentes de caixa.

Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos-- Continuação

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

Segue a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros atrelados a taxas de juros pós-fixadas, em 31 de dezembro de 2025.

Indexadores	Base em 31 de dezembro de 2025	Cenário Provável	Cenário I +25%	Cenário II - 25%	
CDI/ SELIC		14,90%	19,18%	10,77%	
IPCA		4,46%	5,62%	3,31%	
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	10.751	1.602	2.062	1.158
Aplicações financeiras restritas	CDI	6.525	972	1.251	703
Empréstimo	IPCA	(250.502)	(22.392)	(25.434)	(19.382)
Efeito líquido estimado no resultado		(233.226)	(19.818)	(22.121)	(17.521)

Considerações sobre riscos--Continuação

Critérios

Cenário provável - considera as taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025, foram utilizados como fontes: Banco Central do Brasil, IBGE e B3.

A análise de sensibilidade levou em consideração apenas a variação da taxa de juros em relação ao saldo devedor em 31 de dezembro de 2025, não assumindo outras variações.

A tabela demonstra a receita (despesa) financeira líquida de um ano considerando os critérios mencionados acima.

ii) *Risco de crédito*

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos-- Continuação

iii) Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Companhia e de suas controladas derivam (a) do fluxo de caixa gerado por suas operações, (b) do saldo de caixa e aplicações financeiras e (c) de eventuais empréstimos e financiamentos.

A Companhia acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus usos de fontes atuais, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

O fluxo não descontado a valor presente do principal e juros das debêntures e do passivo de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir.

Posição em 31/12/2025	Fornecedores (a)	Empréstimo e debêntures (b)	Passivo com arrendamento	Total
até 3 meses	2.003	5.076	-	7.079
3 a seis meses	-	10.544	1.029	11.573
6 meses a 1 ano	-	16.744	-	16.744
1 a 3 anos	-	62.234	342	62.576
3 a 5 anos	-	63.859	130	63.989
mais 5 anos	-	300.743	7.775	308.518
Total	2.003	459.200	9.276	470.479

(a) Esses passivos financeiros possuem expectativa de realização de curto prazo, e estão consequentemente classificados no passivo circulante.

(b) Por se tratar de projeção, estes valores diferem dos valores divulgados na nota explicativa no 12. As informações refletidas na tabela a seguir incluem os fluxos de caixa de principal e juros projetados até o término do passivo financeiro.

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

Bon Nome Solar Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2025 estão assim compostos:

Tipo	Vigência		
	Limite de Indenização	Início	Fim
Risco operacional	200.000	20/06/2025	20/12/2026
Responsabilidade civil	20.000	20/06/2025	20/12/2026
Total	220.000		

23. Transações não caixa

As principais transações não caixa nos exercícios apresentados são como segue:

Transação	Nota	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Remensuração de arrendamento	8	974	(278)
Adição de arrendamento	8	560	181

* * *

Eduardo dos Santos Soares
Diretor

Bruno de Araújo Soares
Diretor

Renato Resende Paes
Contador
CRC SP-308201/O-7